**Como a fome afeta a educação?**

A crise da Covid-19 trouxe imensos desafios para a população, principalmente para os grupos mais frágeis. Em meio a pandemia, a situação de pobreza agravou, e com ela o imediatismo da fome. A partir disso, conclui-se a necessidade, antes urgida, de buscar meios para se combater e evitar uma catástrofe na educação, desde o ensino primário até o ensino superior.

A Constituição Federal de 1988 prevê a educação e a proteção à infância como direitos fundamentais que regem a vida das crianças e propicia o seu pleno desenvolvimento, além de garantir a estas que tenham uma vida digna. Entretanto, muitos fatores inviabilizam o acesso à uma educação de qualidade e tutela especial por parte dos menores. Logo, haja vista a necessidade de debater sobre como a fome, autor desse processo, afeta a educação e os mais âmbitos durante a vida do indivíduo

Em 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o Programa de Desenvolvimento Humano, sendo um dos seus objetivos a erradicação da pobreza e o ensino básico universal. Fato é, nos dias atuais, o Brasil ainda é um país que vive em condições de extrema pobreza, e um dos seus motivos dá-se pelo fato da população crescer mais rápido que a produção de alimentos, explica a Teoria Malthusiana desenvolvida por Thomas Robert Malthus.

Muitas famílias em situação de vulnerabilidade encontram a creche como a única saída para alimentar seus filhos, vez que na maioria das vezes a merenda escolar acaba sendo a única refeição que a criança tem durante o dia. Entretanto, a fome acaba sendo maior que a vontade de aprender, logo, a evasão escolar se torna uma problemática a ser enfrentada.

Com a situação decorrente da pandemia, as escolas se viram com a necessidade de fechamento, agravando a evasão escolar, por fim, alunos da rede municipal e estadual que dependem da merenda escolar gratuita foram muito prejudicados. Assim, o acesso facilitado ao alimento é muito importante, principalmente para alunos (as) que têm famílias às margens da sociedade, ou seja, em situação de vulnerabilidade. Em suma, essas crianças e jovens precisam de alimento para ter rendimento escolar, precisam também serem motivados a permanecerem na escola.

A merenda escolar não é o suficiente para acabar com a fome, assim como ir para a escola não é o suficiente para aprender. A escola é uma rede de proteção e precisa ser apoiada. Portanto, a instituição de ensino deve estar integrada entre educação, saúde e assistência social, para todos os alunos nela inseridos.

A pobreza e a desigualdade são problemas muito evidentes na sociedade, esta, preocupa não somente com a injustiça social, mas também as consequências de tamanhos problemas irão trazer aos indivíduos expostos. A condição de marginalização em que esses se encontram, faz com que as crianças e jovens não frequentem adequadamente a escola, acabando por abandonar, tenham necessidade de trabalhar de maneira precoce e abandonem a perspectiva de um futuro melhor e igualitário. O trabalho, sobretudo, é o único meio para eles de por comida na mesa, dessa forma, muitas crianças e adolescentes passaram a trabalhar para aumentar a renda da família, o que acabou provocando o abandono escolar.

Posto isto, fica evidente que a marginalização conduz os cidadãos a exclusão, ou seja, impede determinados sujeitos de fazer parte direta da sociedade, da garantia do acesso aos direitos básicos, como saúde, educação e até mesmo moradia em casos mais extremos.

A escola, como maior responsável do pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes deve, por sua vez, promover aos seus alunos o conhecimento frente à realidade, além da condição social de cada um, em prol do respeito e da igualdade entre os demais. Sob esse viés, a Carta Magna discorre sobre a igualdade de todos os seres, independente de quem seja e qual seja sua condição social, religiosa e econômica.

Nesse contexto, a educação precisa ir além da sala de aula, superando a visão do pobre como apenas um número nas escolas, buscando-se novas práticas que valorizem os alunos e que os estimulem na aprendizagem e construção de novos saberes, tendo a escola, por sua vez, o compromisso com a democratização do saber. A educação é um importante instrumento para a compreensão e enfrentamento da desigualdade, pode colaborar para que todos tenham iguais direitos de aprender, de conhecer e ser conhecido, de valorizar e ser valorizado, pois traz consigo a utopia de um mundo mais justo, de saberes que dialogam, de heranças que se repartem, firma um compromisso, a luta e a esperança.

Ainda há muito caminho a ser trilhado no processo de efetivação do direito à educação de qualidade para todos os cidadãos brasileiros, independente da classe social a que pertencem, é longo e árduo. Em decorrência do processo de escolarização pública no Brasil, o desafio de assegurar educação de qualidade para todos precisa estar articulado com o processo de enfrentamento à desigualdade social e a busca de uma sociedade mais justa.

1-Jaqueline Lopes de Carvalho: Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Institucional.

2-ADRIANA PERES DE BARROS: Graduação em Pedagogia com Especialização em Educação Infantil; Psicopedagogia Institucional.

3-JANE GOMES DE CASTRO: Graduação em Biologia. Especialista em Ecoturismo e Educação Ambiental.